

O camburão

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

No feriado de 12 de outubro de 1977, o Palácio do Planalto amanheceu protegido por soldados e atiradores de elite em posições estratégicas. O presidente da República decidiu exonerar seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que era abertamente contra o processo de abertura lenta e gradual na política brasileira. Naquele dia, ocorreu o confronto decisivo entre os partidários da democracia e os defensores do regime fechado conduzido pelos militares.

Geisel enviou emissários ao aeroporto de Brasília, onde ocorreu o estica e puxa político-militar. Uns generais eram convidados a ir para o quartel-general do Exército, outros, para o Palácio do Planalto. O presidente venceu o confronto, determinou a exoneração de seu ministro do Exército. Esse lance pavimentou o caminho para o general João Baptista Figueiredo subir a rampa do Planalto e promulgar a anistia. Os integrantes da chamada linha dura foram relegados à desimportância. O general Augusto Heleno era ajudante de ordens do ministro Sylvio Frota. Hoje, é um dos principais conselheiros do presidente da República.

Os herdeiros daquela turma de perdedores se espalharam pela babel brasileira. Uns se envolveram com o negócio das drogas. Os jogos de azar atraíram alguns, outros decaíram para o grupo de ladrões profissionais do erário e milicianos que infestaram áreas não protegidas pelos governos locais e nacional. O jovem militar Jair Bolsonaro foi punido por tentar colocar bomba no quartel por causa de baixos

salários. Nunca escondeu ser contra a anistia.

O presidente Bolsonaro pertence àquela turma. Manteve a admiração pelo coronel Brilhante Ustra, acusado de torturar presos políticos, sua alergia a assuntos ligados ao meio ambiente e à questão de gênero. Ele não consegue entender a vida democrática. Desconhece o esforço de negociação do saudoso Petrólio Portella, ministro da Justiça do governo Figueiredo que, com paciência e determinação, negociou, passo a passo, a anistia. A medida permitiu que Brizola e Arraes, entre centenas de ex-patriados, retornassem ao Brasil.

Bolsonaro gosta do poder. Ele enxerga nos milhares de seguidores a legitimidade para modificar a essência do regime político nacional. Não quer realizar a eleição, porque há o risco de derrota. A solução é sublevar o Estado brasileiro, derrubar os conceitos constitucionais e assumir plenos poderes, suspender as garantias individuais, fechar o Congresso e modificar a constituição do Supremo Tribunal Federal para conseguir impor sua vontade. Isso se chama ditadura, semelhante à que está no poder na Venezuela.

Ele gosta, cada vez mais, de exercer o poder de comando. Nomeia com prazer e demite com humilhação, inclusive generais. Prometeu liberalismo e entregou intervencionismo estatal. Acenou com radical presença contra a corrupção. Demitiu o ministro que liderou a Operação Lava-Jato e colocou no poder partidos políticos especializados em trabalhar em proveito próprio. Defendeu com afinco a defesa

dos interesses pecuniários de filhos e apaniguados.

A esquerda evoluiu na esteira do Partido dos Trabalhadores, cujo líder, Luiz Inácio Lula da Silva, jamais foi comunista. Ele se envolveu no projeto do então deputado José Dirceu, que se aliou a outras lendas para buscar a hegemonia no país. Quase chegou lá. Perdeu-se quando o dinheiro e os interesses começaram a guiar suas prioridades. Foi resgatado pela surpreendente decisão do Supremo Tribunal Federal de libertá-lo. Esse detalhe complica ainda mais o cenário político atual.

Bolsonaro começou sua administração demitindo assessores próximos, civis e militares. Moldou o governo à sua feição. Bajulou as polícias militares e fez questão de interferir no comando das Forças Armadas. Exigiu lealdade absoluta e inquestionável. Promoveu até o ridículo desfile de veículos militares fumacentos, a pretexto de lhe prestar apoio público.

O resultado da evolução dos fatos neste curto espaço histórico aparece nos dois comícios no dia 7 de setembro. Foi a tentativa de reverter aquilo que ocorreu em Brasília, há 43 anos. Ele não quer admitir que a democracia seja uma realidade no Brasil. Petrólio Portella, quando negociava com os militares a abrangência da anistia, me disse numa conversa particular. “Se eu falhar, o camburão vai passar na minha casa. Mas não se iluda: depois também vai passar na sua casa.” Achei que esse tempo tinha ficado na história. Mas é atual. O golpe de Estado foi ensaiado. O Supremo, com auxílio precioso de Michel Temer, segurou o movimento. Até agora.

É preciso prevenir a Burnout em professores

» HELOÍSA MOREL
Diretora executiva do Instituto Península

Não é à toa que o debate sobre saúde mental ganhou corpo no último ano. O desafio precedia à covid-19, certamente. Porém não preocupava tanto toda a sociedade como hoje, quando muito se tem falado sobre a ansiedade provocada por diferentes efeitos da pandemia e do isolamento social. No âmbito profissional, além de todas as questões associadas à pandemia, trabalhadores de diversos setores se veem exaustos pela nova dinâmica configurada com o trabalho remoto. A Síndrome de Burnout, um distúrbio que atinge diversos profissionais, ganhou mais força e voltou à pauta. Na educação, esse cenário não é diferente: ainda sem solução, o esgotamento físico e emocional dos professores é uma constante há anos. Mas a visibilidade recém-adquirida do distúrbio no Brasil, bem como a redução do estigma relacionado à saúde mental, pode nos ajudar, agora, a encontrar caminhos para poupar os educadores da Burnout de uma vez por todas.

É impossível ignorar que, cada vez mais, professores, fundamentais na formação e transformação da realidade das nossas crianças e jovens, estão esgotados por conta do trabalho. A recorrência da síndrome entre docentes levou o Instituto Península a investigar o assunto. Por isso, revisou e mapeou sistematicamente mais de dois mil papers científicos sobre Burnout no Brasil, compreendendo a experiência de mais de 4,5 mil professores em sala de aula entre 2003 e 2020, todos com intervalo entre 10 e 60 horas/aula por semana.

Os resultados mostram que a Burnout está presente entre os professores brasileiros há quase duas décadas. O exercício da docência sempre foi e continuará sendo muito desafiador, mas o ponto de atenção é que o distúrbio nunca foi endereçado da maneira adequada e sistêmica. Segundo a pesquisa, mesmo sendo uma síndrome muito presente, a prevenção do Burnout não faz parte da formação inicial e raramente aparece na formação continuada de educadores, ou no debate das políticas públicas.

Se o desafio faz parte e sempre existirá nesse ofício, por que não desenvolver técnicas para os professores lidarem com as diferentes pressões que recebem ao longo da carreira? Hoje, o que se faz é apenas cuidar do problema quando ele eclode, ou seja, quando provoca o afastamento de um educador. Isso não é solução, é um paliativo.

Precisamos apoiar o desenvolvimento contínuo dos docentes para os desafios que encontrarão na sala de aula e fora dela. O Brasil tem a oportunidade de olhar de maneira preventiva e propositiva para prevenir o Burnout em professores. Ao reforçarmos os campos da formação e da gestão, ajudamos os profissionais da educação a lidarem melhor com os desafios da profissão, não apenas “curando” a síndrome quando já é tarde.

Além disso, a pesquisa aferiu que a Burnout coexiste com a satisfação profissional dos professores. Ou seja, mesmo quando sofre com esgotamento físico e mental, o professor, geralmente, mantém o orgulho e celebra o fato de ser educador. É uma dicotomia que pode esconder as graves consequências da síndrome. Mesmo com o cenário desafiador diário, grande parte dos professores acredita que pode ser melhor, que todo aluno pode aprender e que o clima em sala de aula é um dos componentes mais importantes para manter a motivação dos alunos. Vale ressaltar a importância do bom clima em aula, apontada por 95,2% dos professores entrevistados pelo IP na pesquisa *O Bom Professor*, para a excelência no exercício da profissão e aprendizado.

Portanto, se não há educador pleno, o clima da sala de aula não será o ideal e, portanto, dificilmente haverá relação de aprendizagem. Indo além, isso provavelmente prejudicará o clima da escola, o lugar que deveria ser oásis de desenvolvimento e conhecimento coletivo. Isso é um agravante para a síndrome, afetando não só a saúde mental dos professores, mas também o ensino.

Burnout é uma síndrome séria que não pode ser ignorada. É um distúrbio que pode ser prevenido, que deve ser evitado e que precisa da atenção dos gestores porque desafios recorrentes de sala de aula e as variáveis incontroláveis são uma constante no ofício do professor no contexto brasileiro. E, para isso, é vital ouvir os docentes de forma qualificada. São eles que estão nas salas de aula, na linha de frente com os alunos, por longos períodos, e podem apontar soluções para melhorar o seu dia a dia além de enriquecer as discussões sobre políticas públicas de formação e de desenvolvimento profissional docente.



Que a verdade acorde todos

» MOREIRA FRANCO

Sociólogo, ex-governador do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Curador da Fundação Ulysses Guimarães — MDB

Uma nação precisa de equilíbrio para se desenvolver e superar todos os seus desafios, para crescer e garantir a dignidade pessoal dada pelo emprego, renda e igualdade de oportunidades. A agitação vivenciada nesses tempos não espelha a nossa índole pacífica e sempre esperançosa, mesmo ante a tantas dificuldades. Esses sobressaltos são fruto de um bombardeio de fake news com o intuito de gerar pânico em tom beligerante e antidemocrático.

A hora é de acalmar os ânimos com uma injeção de verdade e responsabilidade. Voltar o foco para o Brasil real, onde as pessoas aguardam ansiosas soluções para conter a alta inflação, que já tira comida da mesa dos mais necessitados. É preciso fazer um esforço e trabalhar com urgência para ativar a economia com novos investimentos, gerar empregos e renda. Esse cenário exige o fim dos ataques às nossas instituições e à nossa democracia.

A credibilidade do país funciona como ímã para investidores e somente com pacificação poderemos recobrá-la. Os políticos fiéis à Constituição — votada e aprovada por maioria parlamentar — têm o dever de

aterriçar a crise criada sob discursos de intolerância.

Em defesa da bandeira democrática — em que desiguais respeitosamente conversam e buscam consensos nas maiorias —, quatro partidos (MDB, PSDB, DEM e Cidadania) aliam-se para a prática do que, lamentavelmente, caiu em desuso: dialogar. Organizaram um seminário com temas de interesse real da população e, na abertura, três ex-presidentes da República, Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, vão expor suas concepções para a construção de *Um Novo Rumo para o Brasil* — título do evento virtual (como recomenda a pandemia), entre 15 e 27 de setembro.

Mais especialistas em política e economia estarão nas mesas seguintes às dos ex-presidentes, debatendo o papel das instituições democráticas, desigualdade social, propostas para recuperação da economia, globalização, diversidade e mais temas que importam para os cidadãos.

O desejo é contribuir com um conjunto de iniciativas de políticas públicas que possam promover a recuperação econômica e estimular a recuperação da dignidade das pessoas, que é dada pelo em-

prego e renda. Ficamos décadas crescendo quase 10% ao ano, já vivemos uma situação de pleno emprego, com política salarial que definia a regra para o reajuste do salário nos anos seguintes.

Mas, hoje, estamos com mais de 14 milhões de desempregados, taxa altíssima que gera uma desesperança enorme, fome, insegurança nas ruas e uma violência absolutamente inaceitável. Não é nesse conflito e nas ameaças às instituições que vamos encontrar a melhor saída para os problemas das famílias brasileiras.

A pandemia ceifou quase 600 mil vidas no Brasil, dado doloroso que marca também desatenção e desinformação sobre ações e cuidados no país. Em respeito aos que partiram e em defesa dos que ficaram, temos que arquitetar propostas viáveis por meio de uma troca de ideias construtiva. Dos dois lados, os grupos que pregam a intransigência são minoritários. Acreditamos que a união da maioria, empregando força moral, política, a convivência sob regras de civilidade, reestabelecerá o eixo do país, e sem abrir mão, nem por um segundo, das nossas garantias constitucionais.